

4

Vulnerabilidades da Juventude em Face de um Mundo Novo

4.1. Inseguranças

Ser jovem no Brasil, para uma parcela expressiva, parece implicar a convivência com imperativos sociais – desemprego, violência, precariedade de um mercado de trabalho instável – que proporcionam sentimentos de insegurança e ansiedade naqueles que estão por vislumbrar o momento de tornarem-se adultos. Somam-se às dificuldades do contexto brasileiro, como o mercado de trabalho saturado e a crescente escalada da violência urbana, as instabilidades impostas por um mundo em constante mutação. Essa percepção das dificuldades parece perpassar o imaginário juvenil.

Este capítulo abordará, a partir dos questionários aplicados e dos grupos focais, as seguintes questões: a) o valor que os jovens atribuem à educação; b) os seus questionamentos a respeito de sua escola; c) os seus anseios quanto ao ingresso no mercado de trabalho. A pretensão de trabalhar com estes três pontos mencionados se deve à crença de que eles estão em estreita conexão, isso porque, como veremos adiante, as representações formuladas pelos jovens participantes a respeito da educação escolar revelam a tendência a compreendê-la como um meio para a inserção no mercado de trabalho, ou seja, existe a certeza de que quanto maior a escolaridade maiores são as chances de se conseguir as posições desejadas. Dessa forma, estudantes em situação escolar desigual terão maiores ou menores oportunidades de ascensão através do trabalho, segundo a sua trajetória escolar.

O presente capítulo pretende analisar as problemáticas referentes à educação e ao trabalho à luz das percepções dos estudantes participantes da pesquisa “*Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*”. Essas são questões muito caras à juventude brasileira e são, frequentemente, fonte de dúvidas e receios aos jovens que vislumbram o tornar-se adulto e assumir as responsabilidades relacionadas a esse universo. Assim, ao trabalhar com os discursos do alunado de

escolas públicas e privadas, este capítulo deverá apontar as muitas similaridades entre os jovens oriundos de redes de ensino tão distintas.

Como veremos adiante, estes jovens, embora em sua maioria provenientes de camadas sociais diferentes, apresentam percepções e sentimentos semelhantes sobre muitas questões que os afligem, como as preocupações com a violência urbana, com o ingresso em instituições de ensino superior, o desemprego, e a conjuntura política e social do Brasil. Ao falarem sobre as suas expectativas para o futuro, em geral mencionam o quanto desejam melhoras para a situação do país no que se refere à diminuição das desigualdades sociais e à corrupção política.

De acordo com as suas expectativas, em todos os grupos focais realizados transparece em suas falas o anseio de conseguir ingressar no mercado de trabalho. Em suma, analisando os grupos focais chegamos à conclusão de que, a despeito das diferenças sócio-culturais, são jovens com visões muito similares a respeito das condições sociais que os tornam um segmento da sociedade bastante vulnerável quanto às questões da educação, do trabalho ou mesmo da violência.

No entanto, para além das similaridades entre os jovens, o presente texto deverá, sobretudo, analisar as ‘assimetrias’ e o fará através do seguinte pressuposto: são reais as diferenças de oportunidades entre os indivíduos provenientes de classes sociais distintas, no que diz respeito ao acesso à educação escolar de qualidade e à inserção no mercado de trabalho. O reconhecimento das desigualdades educacionais é perceptível através das falas dos estudantes de escolas públicas e privadas.

De um lado, as falas de jovens da rede pública revelam o desconforto de se perceberem como estudantes de um sistema público de ensino que não os prepara devidamente de modo a competir “em pé de igualdade” com alunos de escolas particulares e, assim, prevalece o receio de que a sua condição escolar venha a afetar as chances de ingressar no ensino superior e, mais tarde, a procura por um emprego, em razão da competição com candidatos mais bem preparados. De outro lado, alunos da rede privada e rede pública de excelência não questionam a qualidade do ensino oferecido por suas escolas mas, ao mesmo tempo, tendem a perceber o sistema público de ensino como um problema, um “entrave” para o “avanço” do país. Estes jovens reconhecem as desigualdades quanto às chances de escolarização e de acesso ao ensino superior e ao mercado

de trabalho entre os públicos atendidos pelos setores público e privado da educação brasileira.

No entanto, embora se reconheçam mais aptos a conseguirem melhores posições na busca pelo emprego, os estudantes de escolas públicas de excelência e particulares temem igualmente a competição por vagas no mercado de trabalho. Sabem que o mundo do trabalho transforma-se em escala mundial, dificultando o acesso às posições desejadas. Parecem reconhecer que a maior escolaridade não significa a garantia de conseguirem manter ou elevar o padrão de vida a que estão habituados.

Lembrando que a pesquisa “*Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*” constou de um survey com a aplicação de mil questionários a alunos de 16 a 18 anos, estudantes do ensino médio, de vinte e quatro colégios, entre escolas públicas, escolas públicas de excelência e escolas particulares da cidade do Rio de Janeiro. Foram realizados grupos focais em quinze dessas escolas.

Em acordo com os objetivos propostos desse trabalho, alguns dados foram coletados da pesquisa referente às questões mencionadas acima. Como este trabalho propôs a análise das desigualdades educacionais através das percepções dos jovens, será abalizado com as suas falas, obtidas com os grupos focais. Também serão usadas as seguintes questões levantadas pelo questionário aplicado:

- 1º) O que é ser Jovem no Brasil;
- 2º) Cite os três problemas brasileiros mais graves;
- 3º) Quais os seus maiores medos;
- 4º) Quais as instituições que inspiram muita/pouca/nenhuma confiança;
- 5º) Cite dois direitos seus como cidadão que você considera importante.

A escolha dessas questões se deve porque fundamentam os questionamentos levantados pelas falas através dos grupos focais. De acordo com o levantamento do questionário e as falas referentes à percepção dos jovens acerca de sua condição juvenil em um mundo em constante mudança, transparece muito nitidamente em seu discurso as inseguranças diante de problemas que interferem ou podem vir a interferir em seu futuro: a violência urbana, o medo da competição por uma vaga no mercado de trabalho, o desemprego e as desigualdades sociais.

Tornar-se adulto em meio a tantas incertezas gera uma aflição muito recorrente e perceptível em todos os grupos focais realizados em ambas as redes de ensino.

“Eu tenho medo de agitar minha vida toda e não conseguir me realizar nela, não conseguir ter uma vida de que eu me orgulhe. E também eu tenho muito medo dessa violência que a gente convive. Sem saber se mês que vem eu vou estar viva”, **estudante de escola particular.**

“Você tem que se responsabilizar, não vai ter pai e mãe pra dizer pra ficar ajudando, aí vem aquele medo: “Ai, o que vai ser daqui pra frente?” O trabalho... o pai e a mãe sempre davam as coisas, tinha comida pronta, mas agora não, agora é com vocês”, **estudante de escola pública.**

As vozes dos jovens participantes dos grupos focais, sem distinção, parecem convergir na mesma direção no que diz respeito às dificuldades que podem vir a ameaçar os seus planos de vida, ressaltando as diferenças entre as redes de ensino, uma vez que os indivíduos provenientes das camadas populares estão em circunstância de maior vulnerabilidade social quanto à educação escolar, ao mercado de trabalho e mesmo às situações de violência urbana. Assim, embora os receios dos estudantes sejam parecidos, distinta é a intensidade dos medos que os afligem, como veremos adiante.

É preciso reconhecer que os medos desses jovens são reais, a juventude é um segmento da sociedade, dentre outros, suscetível às vicissitudes da sociedade contemporânea. O seu mundo não é o mesmo das gerações passadas e parece em constante mutação. As situações de violência urbana, as taxas de criminalidade são mais altas que há duas décadas, assim como os índices referentes ao desemprego juvenil indicam uma piora considerável.

Vários são os autores que apontam os problemas que afetam a juventude como causados pela fragmentação da sociedade, na esteira da globalização, da lógica do capitalismo e da ‘onda’ neoliberal que incita os Estados a planejarem políticas sociais ‘frouxas’ em atendimento aos setores marginalizados da sociedade. Alguns autores referem-se à pós-modernidade como fator que confere a sensação de instabilidade aos indivíduos, no que tange a lógica do sistema capitalista e a profunda individualização das sociedades.

A angústia do ser, essa necessidade de se autodefinir trata-se da tarefa por excelência do homem moderno. Anthony Giddens menciona a “pluralização de mundos de vida”, conceito de Berger:

“Durante a maior parte da história humana, as pessoas viveram em ambientes sociais que eram muito ligados entre si. (...) um indivíduo geralmente vivia dentro de um conjunto de ambientes comparáveis – fenômeno reforçado pelo domínio da comunidade local na maioria das culturas pré-modernas. Os ambientes da vida social moderna são muito mais diversos e segmentados”, (2002, p. 81)

O autor cita a afirmação de Baumeister sobre a ausência da ênfase na individualidade nos tempos pré-modernos. A identidade do homem medieval, por exemplo, podia ser definida por sua linhagem, gênero e status social. Somente com as sociedades modernas surgiram o ideal de indivíduo e o conceito de individualidade.

O homem moderno não apenas deve se definir à luz do leque de opções que o seu ambiente lhe apresenta, como pode redefinir-se. Essa é a característica essencial da “*natureza móvel da auto-identidade*”, identificada por Giddens. Uma das distinções entre as sociedades pré-modernas e as modernas reside no aspecto irregular ou instável da segunda, no que diz respeito à constância e velocidade das transformações que nela se operam.

Para Giddens, citado por Hall (2002), a modernidade não pode ser definida apenas por se tratar de um tempo de rápidas e constantes mudanças, mas também por seu caráter altamente reflexivo da vida. As transformações das sociedades modernas resultam em descontinuidades, alterando tanto a *natureza das instituições modernas* quanto a percepção do sujeito de si e do mundo em que vive. Assim, em tempos de globalização, a velocidade das informações, a pluralidade de aspectos culturais de sociedades distantes que nos chegam através das mídias e pelo ciberespaço, o conhecimento de mundos distantes, descortinam aos indivíduos um universo de possibilidades de ser, ainda que não palpável aos segmentos marginalizados da sociedade. No entanto, “até os menos privilegiados vivem hoje em situações permeadas pelos componentes institucionais da modernidade” (Giddens, 2002, p. 84).

Mais do que isso, a globalização ‘descortina’ uma gama de estilos de vida de todos os lugares do mundo, os quais os mecanismos subjetivos intrínsecos aos meios de comunicação tratam de ‘oferecer’ como uma possibilidade de apropriação. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano, 2005):

A integração global está a forjar uma mais profunda interligação entre países. Em termos econômicos, os espaço entre as pessoas e os países está a diminuir rapidamente, na medida em que o comércio, a tecnologia e o investimento ligam todos os países numa teia de

interdependência. Em termos de desenvolvimento humano, o espaço entre países é assinalado por profundas e, em alguns casos, crescentes desigualdades de rendimento e de possibilidades de vida, (p. 17).

Nessa teia de interdependência, o desequilíbrio de poder entre os países é uma constante, de modo que, quanto ao jogo das disputas econômicas, as periferias muito pouco ou sequer participam, ficando, boa parte delas, relegadas à insignificância de suas potencialidades no que diz respeito ao comércio, à tecnologia e ao investimento. Ou seja, pouco resta para modificar seus quadros de pobreza secular. A reestruturação econômica em curso, em que a necessidade de maior produtividade e, por conseguinte, maior flexibilização do trabalho, acaba por produzir uma “sociedade dos excluídos e dos precarizados” (Antunes, 1998).

Nessa conjuntura, a informalidade e a ausência de seguridade social mínima é uma constante nas relações entre mercado de trabalho e os segmentos mais frágeis da sociedade: jovens, idosos e mulheres (Pochman, 2001). Para Canclini, o neoliberalismo conduz-nos à *modernização seletiva* (2005, p. 212), em que setores da sociedade encontram-se à margem das benesses da nova ordem econômica. No entanto, embora se faça sentir com maior intensidade em países periféricos, o fenômeno de precarização do mundo do trabalho e das condições de vida é mundial.

A partir dos anos 1970, e como consequência da crise econômica que se abateu sobre os países capitalistas e da subsequente expansão do ideário neoliberal, ocorreria a crise do Estado de Bem Estar Social⁷ e a reestruturação produtiva do capitalismo, quando passaria a ser contemplado o seguinte processo: “reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias”, (Antunes, 1998). O aumento de produtividade não concorre para uma expansão do mercado de trabalho capaz de empregar boa parte da massa de trabalhadores à margem do sistema, ou seja, “as transformações tecnológicas e organizacionais aceleram a crescente dispensa de mão de obra. Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social”, (Del Pino, 2002).

⁷ Segundo alguns autores, para se referir ao dismantelamento do Welfare State é preciso considerar os países em que o ideário de bem estar social fora plenamente implementado. No caso do Brasil, há divergências quanto à existência de um sistema de seguridade social do tipo universal típico do welfare state.

Esses aspectos combinados à ‘fluidez’ do indivíduo moderno, no sentido que compreende Bauman, condensam-se na “experiência combinada da falta de garantias (de posição, títulos e sobrevivência), da incerteza (em relação à sua continuação e estabilidade futura) e de insegurança (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade)”, (Bauman, 2001, p. 184). Nesse contexto, “o presente e o futuro dos jovens configuram-se (...) à maneira de uma paisagem desencantada”, (Canclini, 2005, p. 214). É o que dizem os jovens:

“Temos medo de que a situação piore ainda mais, medo de ser atingido por bala perdida, de assalto, mas a gente tem que pensar também no que estas pessoas que estão por trás disso estão sofrendo, porque se a violência cada dia está crescendo mais é porque a desigualdade social está cada dia maior e as pessoas estão cada vez mais desesperadas, sem esperança nenhuma, sem futuro”, **estudante de escola particular.**

“Tem muita gente que vai estudar e fica pensando: será que eu vou conseguir um emprego, o que vai ser de mim, do meu trabalho, será que a educação vai melhorar, vai evoluir mais? Fica todo mundo naquele medo: será que eu vou conseguir terminar, prestar um ensino superior bem?”, **estudante de escola pública.**

As respostas reveladas pela pergunta “O que é ser jovem no Brasil”, do questionário aplicado, conferem autenticidade à afirmação de que a insegurança faz parte da vida do jovem brasileiro. As respostas assinaladas pelos entrevistados de escolas públicas indicam que 32,3 % percebem a sua condição juvenil como fator de insegurança, item que figura em primeiro lugar na lista.

Figura 20. Ser Jovem no Brasil de acordo com a percepção dos estudantes

Ser jovem no Brasil é	Rede Pública	Rede Pública de ‘Excelência’	Rede Privada
Mais difícil do que em país desenvolvido	20,3	30,5	22,0
Bom, há muito o que fazer	28,6	25,8	25,0
Igual em qualquer lugar	17,1	17,4	13,8
Dá muita insegurança	32,3	22,5	30,3
Outro	1,4	1,4	7,8
Não respondeu	,3	2,3	1,1

Equipara-se a esse primeiro grupo os jovens de escolas particulares com 30,3 % das respostas para o mesmo item. Quanto aos alunos da rede pública de “excelência”, esse número cai para 22,5 %. Em compensação, 30,5 % dos alunos

entrevistados afirmaram que ser jovem no Brasil é mais difícil que em países desenvolvidos. No total, mais de 50% das respostas recaiu para os itens *Mais difícil que em país desenvolvido* e *Dá muita insegurança*. As opções mais destacadas revelam uma percepção negativa do que é ser jovem no país.

Quando indagados a respeito dos principais problemas do país (quadro abaixo), a violência e a desigualdade social apareceram como dois dos principais problemas do Brasil.

Figura 21. Problemas do país segundo os estudantes

Problemas do País	Rede Pública	Rede Pública de Excelência	Rede privada
1°	Violência	Desigualdade social	Desigualdade social
2°	Saúde Pública	Corrupção	Corrupção
3°	Desigualdade social	Violência	Violência
Drogas	28,3	1,9	5,7
Racismo	11,4	5,2	4,3
Impunidade	5,7	17,9	19,5
Qualidade do ensino público	23,7	46,9	47,1

Os alunos da rede pública de excelência e da rede privada apresentaram os mesmos problemas (desigualdade social, corrupção e violência) na mesma ordenação. Já os alunos da rede pública atribuíram à violência e à saúde pública e, por fim, a desigualdade social como sendo os três principais problemas do país. O que pode ser explicado pelo fato de os alunos da rede pública serem, em sua maioria, jovens oriundos das camadas populares, e questões como a violência urbana e a precariedade do sistema público de saúde costumam fazer parte de seu cotidiano.

Cabe ainda registrar que a problemática das drogas e do racismo foram escolhidos como problemas com maior frequência por estes estudantes, com percentagens bem maiores do que a do grupo dos estudantes de escola pública de excelência e do grupo dos alunos da rede privada. Curiosamente, a qualidade do ensino público foi atribuída como problema com maior frequência pelos alunos de colégios públicos de excelência e de colégios particulares, com percentagens de 46,9% e 47,1%, respectivamente, jovens que reconhecem a educação como uma

questão social e a carência educacional das camadas populares como um problema social (como veremos adiante quando indicam a educação como um indicador relevante para explicar, por exemplo, a violência ou o clientelismo político).

4.2. Percepção dos Estudantes sobre a Educação

Embora a pesquisa *Juventude, Cidadania e Cultura Cívica* não trate especificamente do universo da educação brasileira, a questão da educação escolar é um tema recorrente nas falas dos estudantes. Há em comum entre estes jovens o entendimento da importância da escolarização como preparação para o futuro profissional. No entanto, a questão da educação, no que diz respeito à baixa escolaridade, aparece freqüentemente quando os jovens são indagados a respeito da situação política e social do país.

Os estudantes tendem a atribuir à ausência de educação alguns dos males do país, como a violência urbana ou o fomento da corrupção política. Um exemplo disso é a violência urbana aparecendo como vinculada à idéia de pobreza e educação precária. Concomitantemente, muitas falas, independentemente da rede de ensino, revelaram críticas ao Poder Público por falta de investimentos na área educacional. Nesse sentido, a escolarização parece figurar como o único meio para o desenvolvimento do país.

“Eu também acho que é a questão da educação. Porque nem todos têm educação porque se todos tivessem, não teria violência”, **aluno de escola particular.**

“A educação é o maior, é o centro (...) Porque se o governo mudar a educação vai mudar tudo”, **aluno de escola pública.**

“Mas é um país que os próprios brasileiros não reconhecem, porque isso depende da educação que se dá”, **aluno de escola particular.**

A Baixa escolaridade também é revelada freqüentemente como um dos fatores que explicam a situação política do Brasil. A escolha dos dirigentes do país, ou seja, o ato de votar é prejudicado pelo déficit de escolaridade que fomenta o clientelismo e a falta de “consciência política”. Nas falas destes jovens, há implícito o enaltecimento do vínculo entre a idéia de maior escolaridade e maior “adesão democrática”.

“E o mesmo acontece na política, ainda mais quando as pessoas têm pouca escolaridade, porque fazem as promessas pela mídia e votam neles. O Lula ganhando no Norte e no Nordeste claro que tem a ver com a falta de escolaridade”, **aluno de escola particular.**

“O povo que não tem escolaridade é muito imediatista. Por exemplo, aparece alguém dizendo que vai dar uma cesta básica e eles vão atrás porque eles precisam”, **aluno de escola particular.**

“Junto com a falta de escolaridade também tem a pobreza, a miséria, que deixam as pessoas mais vulneráveis aos políticos”, **aluno de escola particular.**

“Mas eles sabem que o povo da comunidade não tem estudo e não tem orientação, e aí eles votam no político que deu cesta básica: “Ele é muito bom!””, **aluno de escola pública.**

“As pessoas de classes mais baixas, as pessoas que tem menos acesso à educação de qualidade e menos acumulação de renda são presas mais fáceis para as Igrejas evangélicas hoje em dia porque não tem a capacidade de discernir que aquela ali é uma pessoa que esta usurpando dela”, **aluno de escola pública de excelência.**

“As pessoas que tem acesso a uma escolaridade melhor e à cultura estão ligadas na questão da renda, elas conseguem fazer essa diferenciação. Por exemplo, consciência política a maioria das pessoas que tem uma renda maior e uma escolaridade eficiente consegue diferenciar a consciência política delas com a consciência religiosa. Por exemplo, eu não deixaria de votar num candidato somente por questões religiosas”, **aluno de escola pública de excelência.**

Mediante o reconhecimento da importância da educação escolar, os jovens participantes tenderiam a compreendê-la como um direito? No questionário aplicado perguntou-se sobre quais seriam os direitos de cidadania (quadro abaixo). Trata-se de uma questão aberta, em que cada participante deveria citar dois direitos de cidadania que considerava importantes:

Figura 22. Direitos de Cidadão Mais Citados, por Rede de Ensino

Quais os seus direitos como cidadão	Rede de Ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de Excelência	Rede Particular
Direito 1	Educação	Educação	Liberdade de expressão
Direito 2	Saúde	Saúde	Educação
Direito 3	Liberdade de Expressão	Liberdade de Expressão	Saúde

O direito à educação, no geral, foi o primeiro mais citado. A hipótese é de que há o reconhecimento por parte destes jovens da importância da educação e essa percepção confirma-se em suas críticas a respeito da falta de investimentos do Poder Público nesta área e em suas opiniões sobre como o país avançaria caso as pessoas fossem mais “educadas”.

“Tinha que investir mais em educação, haver um compromisso sério com a educação. Vê o exemplo da Coreia, há poucos anos era um país falido, aí priorizou a educação e hoje... tem o seu próprio ensino”, **aluno de escola pública.**

“Na minha opinião o Brasil tem custos muito altos, tem juros muito altos, quem está no poder rouba muito. Pra mim tinha tudo pra dar certo, mas não dá. Não estão investindo em educação, em saúde. O que é base a gente não tem direito. E a partir daí vai gerando vários problemas. Se a gente não tem educação a gente não vai crescer”, **aluno de escola pública de excelência.**

“Eu acho que é uma falta de compromisso com os jovens que o governo adotou, deixando os jovens “à deus dará” e só por conta da família. Eu acho que o governo devia investir mais no sistema de educação e dar mais crédito aos jovens”, **aluno de escola pública.**

Dois dos direitos mais citados, educação e saúde, se referem aos direitos sociais, talvez devido ao fato de serem urgentes, uma vez que são negligenciados para uma parte expressiva da população.

4.3. Educação: Uma Questão de Direito

É imprescindível pensar cidadania avaliando a garantia dos direitos e o acesso aos bens sociais. Em comparando a experiência brasileira à conquista dos direitos como se deu em alguns países europeus e nos EUA, são perceptíveis os contrastes. Aqui a constituição dos direitos não se deu da forma linear tal como o esquema proposto por Marshall (1967), segundo o qual, no contexto inglês, ocorreu a conquista dos direitos civis, depois dos políticos e, por fim, dos sociais.

Carvalho (2003) propõe a inversão do esquema de Marshall quando aplicado ao Brasil. Aqui, tivemos os direitos na seguinte ordem: primeiro os direitos sociais, depois os civis e, por último os políticos. Essa inversão implica em rever o papel do Estado e das massas quanto à construção da seguridade social no Brasil. As primeiras políticas sociais no Brasil datam de meados dos anos

1920/1930, em um país cujo cenário político era de uma democracia excludente e com pouquíssima adesão das massas. Quanto à economia, éramos ainda um país prioritariamente agrário-exportador e avançávamos lentamente rumo a um capitalismo industrial, (Santos, 1987).

No caso brasileiro, as políticas sociais surgiram como uma estratégia do Estado e não como produto de lutas e reivindicações por parte da população. O Estado tomou a dianteira para a criação de leis sociais que favoreciam os trabalhadores, a partir da década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho e a subsequente concepção de legislação trabalhista e previdenciária. De acordo com Paiva: “a sociedade civil recebeu freqüentemente a tutela do Estado, num movimento de inclusão de grupos sociais controlados de maneira autoritária”, (2004, p. 14).

Segundo José Murilo de Carvalho, o período que vai de 1930 e 1945 foi grandioso para a constituição de uma legislação social, mas ele pondera ao afirmar que tal se deu em meio a “um ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis”, (Carvalho, 2003, p. 110). Assim, ainda segundo o autor: “este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa”.

A forma como foram distribuídos os benefícios sociais segue a lógica de uma sociedade altamente fragmentada, na medida em que tais benefícios concedidos através da legislação trabalhista não foram estendidos a grande parte da população brasileira, ficando restritos às grandes cidades e a ocupações específicas. Sobre isso nos fala mais detidamente Santos, que atribui ao período a característica de estratificação ocupacional, ou seja, “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (1987, p. 68). Ou seja, os mesmos benefícios estavam fora do alcance tanto dos trabalhadores urbanos sem carteira assinada e cuja ocupação não era regulamentada por lei, quanto da grande massa de trabalhadores rurais igualmente sem acesso. Dessa forma, a carteira de trabalho funcionava como um instrumento regulador para definir e distinguir os cidadãos dos demais.

Santos (1987) conceitua essa cidadania restrita de “cidadania regulada”, em que cidadãos são aqueles que possuem, reconhecidamente por lei, alguns benefícios sociais em detrimento de uma contingente considerável de não-cidadãos, à margem do sistema. Assim começava o sistema de seguridade social brasileiro, desvirtuando o significado real do conceito de cidadania.

O que se via, portanto, era a adesão de uma população ao desejo de reconhecimento por parte do Estado e ao entendimento de que ser cidadão era um status concedido, ao invés de conquistado. Ademais, o governo aliava a essa política social compensatória uma postura paternalista que acabava por induzir milhares a acreditar que os direitos se tratavam realmente de uma concessão, justamente na contramão de experiências como a inglesa e a francesa, cuja ampliação de direitos sociais se deu por reivindicações das classes trabalhadoras em busca de melhorias das condições de vida.

“A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (Carvalho, 2003, p. 126).

Curiosamente, como atesta Carvalho (2003), a gama de direitos sociais expandiu-se em tempos de ditadura, durante o Estado Novo e pós-1964, enquanto ao longo do período democrático entre as ditaduras, quase não evoluiu. No Brasil, os direitos sociais sempre estiveram desvinculados dos direitos civis e políticos. Ou seja, nos períodos em que os direitos sociais realmente avançaram, as liberdades civis e políticas – como é de se esperar em uma ditadura – estiveram seriamente ameaçadas.

A redemocratização, após longos anos de ditadura militar, viu ressurgir o avanço dos direitos sociais coroado em 1988 com a promulgação da nova Constituição. Esta, dentre todas as que tivemos, tornou-se um símbolo da cidadania, estendendo como nunca antes todos os âmbitos do direito do cidadão – resgatando a importância dos direitos civis e políticos, (Carvalho, 2003).

No entanto, a Carta de 88 e a subsequente reafirmação dos direitos políticos e civis, assim como a expansão dos direitos sociais, não foi capaz de assegurar a diminuição das desigualdades entre os indivíduos. Para a análise da problemática da cidadania no país, torna-se imprescindível fazê-la considerando o acesso da população aos bens sociais. O acesso aos bens sociais, ou seja, a

garantia de mínimos sociais como educação, trabalho e saúde, fornece aos indivíduos subsídios para que possam fruir plenamente da gama de direitos de cidadania. Para Carvalho (1995):

“Um teto, trabalho, saúde e educação são bens de cidadania porque a sua provisão tem a finalidade de garantir que os segmentos mais pobres da população possam se manter autônomos (...) para, como cidadãos livres, poderem tocar suas vidas privadas, atendendo apenas às regras impessoais e universais do jogo democrático. Em outras palavras, a extensão dos bens de cidadania é a forma pela qual as novas “fronteiras sociais” são incorporadas à vida pública, à esfera política em seu sentido mais amplo”, (p.5).

Para pensar a educação nesse contexto, convém avaliar se a universalização do ensino fundamental, por si só, incide para apontar o direito à educação como sendo plenamente atendido. A partir meados da década de 1970, ressurgiriam alguns movimentos em prol da educação pública com variadas reivindicações. Reafirmava-se “a concepção de educação pública e gratuita como direito público subjetivo e dever do Estado concedê-lo. Defendiam-se a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública”, (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2007, p.40). Segundo as autoras, “a constituição cidadã forneceu o arcabouço institucional necessário às mudanças na educação brasileira”, (p. 42). No esteio desses acontecimentos, a educação, como um direito social, figurou na constituição de 1988 em detalhes, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribuiu como um dos direitos primordiais à infância e à adolescência, o direito à educação escolar.

Embora a década de 1980 seja de grande ebulição social no país, o quadro educacional permanecia desolador: “50% das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da 1º série do 1º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola”, (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2007, p.36). Embora o sistema se expandisse, em todos os níveis escolares, apenas a partir de 1990 esse crescimento alcançou maior fôlego.

Qual o papel da educação pública de qualidade nisso tudo? Marshall (1967) reconhecia a educação como pré-requisito para a cidadania. Trata-se de um importante propulsor para a aquisição de determinados entendimentos acerca dos direitos e deveres de cidadania e da relação ideal entre indivíduo e Estado. Roche (1987) igualmente avalia o papel da educação como uma prática crucial para a

afirmação da cidadania, uma vez que atua como instrumento que visa o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos.

4.4. Percepção Sobre as Desigualdades Educacionais

Quando indagados, nos grupos focais, a respeito de seus medos e expectativas para o futuro, a educação e a escola foram questões frequentemente citadas. Em comum entre todos os jovens participantes há anseios quanto à inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a formação escolar é o meio por excelência para almejar uma vida profissional satisfatória, havendo entre os estudantes a percepção de que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances no mercado de trabalho.

Nos grupos focais realizados transparece claramente as percepções dos jovens a respeito da qualidade do ensino ministrado em suas escolas. Trata-se da compreensão da desvantagem dos alunos de escolas públicas em detrimento dos demais. É preciso ressaltar que não é a intenção do presente trabalho simplesmente opor os setores público e privado em termos de qualidade, uma vez que o universo da pesquisa selecionou colégios particulares muito conceituados quanto ao ensino oferecido. Estes estabelecimentos privados se destacam no conjunto das escolas particulares brasileiras, que é bastante irregular.

Entre os estudantes da rede pública o receio de não conseguir ingressar no ensino superior transparece com certa constância em seu discurso. Trata-se de um medo quase exclusivo dos alunos de escolas públicas, por reconhecerem a ineficiência do ensino que lhes é ministrado. É a percepção do jovem da escola pública de que a educação brasileira prima pela dualidade e acaba por conferir à escolaridade o status de privilégio.

Uma das perguntas do questionário aplicado requisitava ao jovem dizer o curso pretendido para o vestibular. Dentre os participantes da pesquisa, apenas 4,7% dos estudantes – e de colégios públicos somente – mencionaram não pretender ingressar no ensino superior, todos os demais apontaram algum curso ou declararam ainda não saber qual seria escolhido. Trata-se de um número alto. Ainda que não revele uma real intenção da maioria destes jovens, ao menos

mostra o quanto a idéia de freqüentar o ensino superior permeia os seus pensamentos. Os jovens se sentem impelidos, como estudantes do ensino médio, à escolha de uma profissão específica. Nos grupos focais, o acesso à universidade foi um assunto recorrente. Quanto aos alunos de escolas públicas, as dificuldades de ingresso nas universidades são evidentes e os dados mostram esse dilema.

São poucas as vagas em universidades públicas em comparação ao número de candidatos. Observando o quadro abaixo, percebemos que em todo o país o setor público para o ensino superior responde por apenas 22,6% das matrículas, enquanto o conjunto das instituições particulares apresenta um número muito superior, com uma percentagem de 77,4% de matrículas. No caso do ensino médio, conforme demonstrado no 2º capítulo, a situação se inverte, o setor público é muito maior em matrículas do que o setor privado.

Figura 23. Distribuição Percentual de Pessoas que Freqüentam Estabelecimentos de Ensino Superior, por rede de ensino – 2007

Grandes Regiões	Setor Público	Setor Privado
Brasil	22,6 %	77,4 %
Norte	35,1 %	64,9 %
Nordeste	35,0 %	65,0 %
Sudeste	16,2 %	83,8 %
Rio de Janeiro	23,6 %	76,4 %
Sul	19,4 %	80,6 %
Centro-Oeste	26,1 %	73,9 %

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007.

Para uma idéia mais clara sobre o universo que compõe o ensino superior no Brasil, basta verificarmos os dados da PNAD 2007 quanto ao público que freqüenta instituições de ensino superior, de acordo com os quintos de rendimento.

Figura 24. Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino superior, por quintos de rendimento mensal familiar per capita, segundo as grandes regiões – 2007

Grandes Regiões	Rede Pública				
	1º quintos	2º quintos	3º quintos	4º quintos	5º quintos
Brasil	2,9	7,2	12,3	23,8	53,7
Norte	2,8	5,9	11,2	25,0	55,1
Nordeste	1,8	4,0	8,5	18,1	67,6
Sudeste	3,4	6,9	11,2	22,5	56,0
Sul	3,7	6,1	12,3	26,5	51,4
Centro-Oeste	4,5	8,1	10,1	27,5	49,9
Grandes Regiões	Rede Privada				
	1º quintos	2º quintos	3º quintos	4º quintos	5º quintos
Brasil	1,0	4,1	10,1	26,0	58,7
Norte	0,4	2,4	8,8	22,7	65,7
Nordeste	0,5	2,2	7,3	16,8	73,2
Sudeste	1,9	6,2	12,3	28,0	51,7
Sul	2,1	6,0	12,7	27,9	51,3
Centro-Oeste	1,4	3,9	10,3	27,5	56,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem 2007.

Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos e sem declaração de rendimentos e excluídas pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Apenas 10,1% dos estudantes do ensino superior matriculados em instituições públicas são provenientes das camadas mais populares, dos 1º e 2º quintos de rendimento. No entanto, 77,5% do alunado do setor público é composto por indivíduos oriundos das camadas mais ricas da população, do 4º e 5º quintos, com 23,8% e 53,7% respectivamente. A rede privada não apresenta números muito distintos, igualmente as matrículas são compostas em sua esmagadora maioria por alunos do 4º e 5º quintos, enquanto que somente 5,1% é de pessoas dos 1º e 2º quintos. No caso do nordeste esses números são ainda mais assustadores.

Esses dados indicam que a população de baixa renda é indiscutivelmente a mais afetada no que diz respeito ao acesso às instituições de ensino superior. No setor público, as vagas não são suficientes e a concorrência é grande inclusive com alunos de escolas particulares. Quanto ao setor privado, a quase totalidade da população de baixa renda não possui recursos para estudar em faculdades particulares.

De acordo com dados da PNAD de 2005, 51,5% dos trabalhadores com até um ano de estudo ganham, em média, até um salário mínimo. Por outro lado,

49,9% dos trabalhadores com quinze anos ou mais de estudo – o que corresponderia, em tese, ao ensino superior completo – ganham entre três a dez salários mínimos e 23,6% recebem entre dez e vinte salários mínimos mensais. O número de pessoas com menos de um ano de instrução que declarou não possuir rendimento algum corresponde a uma taxa de 24%, muitíssimo superior à taxa de 1,5% correspondente ao grupo dos declarantes com escolaridade de quinze anos ou mais de estudo.

Os jovens participantes da pesquisa matriculados em escolas públicas estão cômicos das dificuldades de acesso e reconhecem que o ensino que lhes é ministrado não é suficiente para prestar o exame vestibular e ingressar em universidade públicas. Reconhecem igualmente que existe a concorrência com estudantes melhor preparados.

“Eu fico frustrado em me ver hoje, no terceiro ano do ensino médio, olhar pra mim e para o mundo e ver que eu não tenho uma base, que eu não tenho uma educação que eu queria ter. Uma educação que os alunos do São Bento têm e eu não tenho. Uma falta de oportunidade. Talvez seja este o problema do governo”, **aluno de escola pública.**

“O fato de a gente estudar em colégio público também tem aquela competição com o pessoal do colégio particular. Por um lado, a gente tem uma preparação boa, mas não consegue competir, porque a gente tem que fazer cursinho, então tem esse medo de competição”, **aluno de escola pública.**

“A gente não está preparado pro mercado de trabalho e nem pra entrar na universidade. Não é bom o ensino. Esse ensino é incapaz de levar a gente pra universidade”, **aluno de escola pública.**

O quadro abaixo, referente às notas obtidas pelas escolas participantes dos grupos focais quanto ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), revela as diferenças quanto ao ensino ministrado. A preparação dos candidatos ao ensino superior será posta à prova quando chegar o momento de prestar o exame vestibular⁸.

Figura 25. Ranking Enem das Escolas participantes dos Grupos Focais

Colégios Públicos	Entre 40,94 e 46,81
Colégios Públicos de Excelência	Entre 70,98 e 73,99
Colégios Particulares	Entre 63,76 e 75,63

⁸ Recentemente instituiu-se um novo método de seleção para o ensino superior em oposição ao vestibular: as notas obtidas pelos alunos através do ENEM. No entanto, trata-se ainda de uma opção e o vestibular permanece como instrumento principal.

Segundo o ranking do Enem, os colégios públicos participantes da pesquisa estão em clara desvantagem quanto ao ensino ministrado aos seus alunos. As notas são muito baixas, enquanto os graus obtidos pelo alunado dos colégios públicos de excelência equiparam-se à rede privada. Um considerável contingente de jovens deseja fazer algum curso universitário e sabe que a concorrência quanto ao acesso à universidade é grande.

“Tem uma professora que diz pra gente: Ah, a matéria que eu dou aqui eu dou uma escola particular na oitava série!! Gente!!! São os próprios professores que falam isso da gente!”, **aluno de escola pública.**

“Imagina, a gente está prestes a prestar o vestibular e o professor fala isso pra gente! Imagina! Eu não estou dizendo que eu não saiba que o ensino da escola particular é melhor do que o da escola pública, mas ficar dizendo isso pra gente! Então eu não sei o que eu estou fazendo aqui, é melhor voltar. Isso está completamente errado!!”, **aluno de escola pública.**

Os jovens da rede privada também compreendem as implicações do que é ser um estudante de escola pública quanto às dificuldades de acesso ao ensino superior. Eles reconhecem que estão mais bem preparados, em detrimentos dos “outros” que estão em situação de clara desvantagem. Trata-se da compreensão das desigualdades que os diferem dos estudantes das escolas públicas.

“Não tem investimentos nas escolas. Como eles já estão em situação pior que a nossa, isso piora muito para eles. Que nem com a faculdade, eles não tem condições de passar, se não fosse pela escola assim... que nem a gente, a nossa escola é muito melhor”, **aluno de escola particular.**

“A faculdade são raros mesmo os que conseguem. Mas eles precisam ajudar no sustento da família e acabam se tornando chefes de família aos 16 anos e como vai fazer? A nossa realidade não é essa”, **aluno de escola particular.**

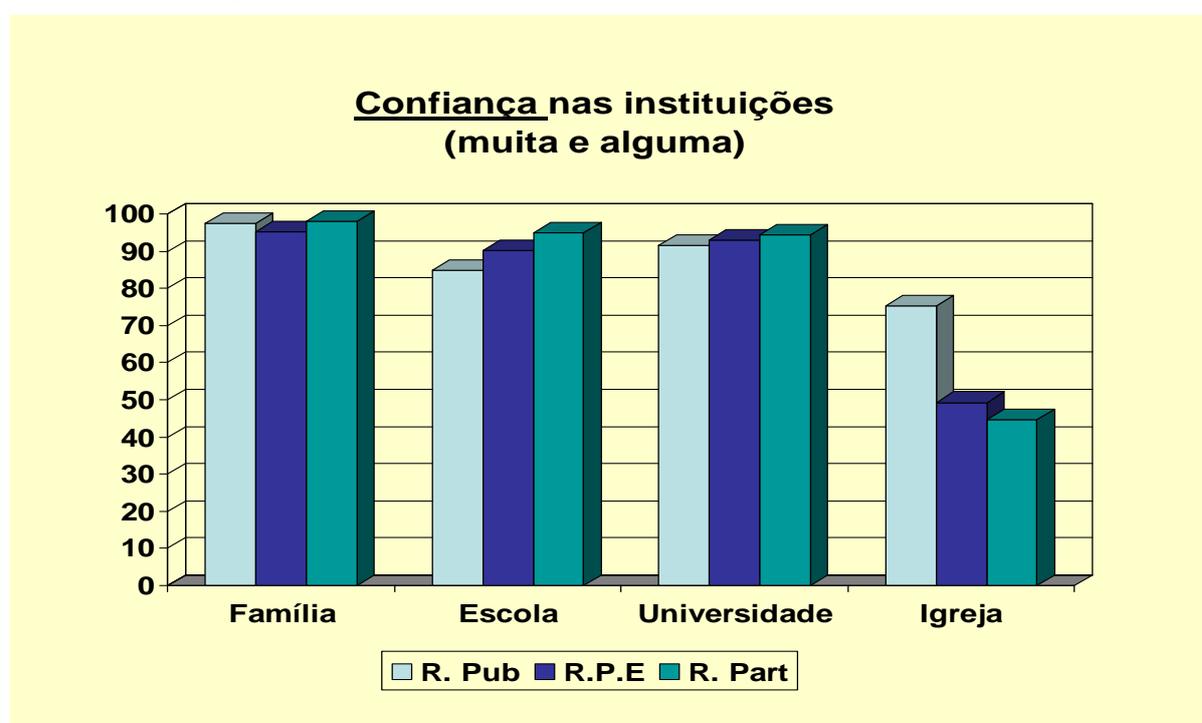
Dayrell (2007) atesta para o esgotamento das possibilidades de mobilidade social expresso no relacionamento entre a escola e os jovens de camadas populares. De acordo com o autor, a sociedade termina atribuindo aos jovens a responsabilidade de “ser mestre de si mesmo”, no contexto de uma sociedade desigual e cuja desigualdade a escola reproduz.

4.5. A Escola Figurando como uma Instituição de Confiança

Uma das questões mais importantes da pesquisa quantitativa refere-se à confiança nas instituições. Aos alunos foi requisitado que apontassem o grau de confiança em uma série de instituições, das quais destacamos a família, a escola, a universidade e a igreja, por serem mais relevantes para o presente trabalho ⁹.

Embora haja entre os jovens o reconhecimento da precariedade do sistema público de ensino, a escola figura como uma instituição digna de confiança. Apesar das dificuldades inerentes ao sistema escolar, tanto a escola quanto a universidade estão representadas, na pesquisa, como instituições de confiança com índices positivos. A igreja figura como uma instituição que angaria um grau bem menor de confiança do que as outras três. As diferenças entre os públicos aqui são mais marcantes: menos de 50% dos jovens de escolas públicas de “excelência” e privadas confirmaram a sua confiança na igreja, enquanto mais 70% dos jovens das escolas públicas apontaram-na como uma instituição na qual depositam confiança, como se observa no quadro abaixo:

Figura 26. Confiança nas Instituições



⁹ As outras instituições consultadas são: partidos, políticos, ONG's, judiciário, polícia, militares (ver Anexo III). O menor grau de confiança coube aos políticos, com uma percentagem de 88%.

A escola é percebida como um meio de obter o diploma que capacitará os jovens a ingressar no mercado de trabalho. Trata-se da importância da escola para a formação profissional. Apesar das transformações pelo qual passa o mundo do trabalho, apesar da compreensão de que o mercado está saturado de profissionais, ainda assim persiste a certeza de que através da escola há a possibilidade de mobilidade social (no caso das camadas populares) ou de conseguir as vagas desejadas. A hipótese, corroborada por suas falas, é a de que a escolaridade é o caminho para a realização profissional.

“A escola é o caminho para o diploma, sem diploma a gente não tem nada. Não é pela escola é pela gente, a escola está ali e você tem que chegar ali para alcançar o diploma. É a base”, **aluno de escola pública.**

“Sem educação não tem emprego bom e sem emprego bom não tem como pagar nada direito”, **aluno de escola pública.**

A escola também é um espaço privilegiado para a promoção da socialização entre os jovens. É o local fora do ambiente familiar onde passam mais tempo, cultivam amizades e encontram pessoas, gostos em comum, afinidades. Encontram, cada um a sua maneira, o seu grupo de pertença. A escola e a família são, ainda, as principais instituições que concorrem para a socialização entre os jovens.

“Com relação ao nosso colégio, às vezes eu tenho problemas em casa e o nosso colégio vai nos amparar do jeito que pode. Ele dá uma importância para o aluno. Assim como os pais ajudam também”, **aluno de escola particular.**

“Eu acho que essa confiança que a gente tem mais na família e no colégio é porque esse é o nosso meio ambiente, onde a gente cresce e onde a gente conhece todo mundo que está ali (...)”, **aluno de escola particular.**

Dayrell (2007) contesta a percepção de a escola figurar como “apanágio para todos os males”, ou seja, de que ela, por si só, seja capaz sobrepujar as desigualdades sociais. Segundo ele, os jovens pobres sabem que não, como veremos mais adiante.

4.6. Um Mundo Novo: Percepções Sobre o Mercado de Trabalho

Junto às ‘angústias’ próprias desse estágio de vida que compreende a juventude, somam-se questionamentos de natureza sócio-econômica, ou seja, a percepção das dificuldades a serem enfrentadas frente à inevitabilidade de tornar-se adulto. Assim, assumir as responsabilidades do mundo dos adultos – trabalhar, adquirir independência, constituir família – freqüentemente proporciona aos indivíduos incertezas e angústias.

Se no passado a parcela mais atingida pelo desemprego era composta de indivíduos com poucos anos de estudo e insuficiente experiência profissional, hoje estamos diante de fenômeno que atinge os trabalhadores sem distinção. No entanto, verifica-se que determinados segmentos da sociedade são mais suscetíveis ao desemprego. Pochmann (2001) destaca a juventude, as mulheres e os idosos como os segmentos mais fragilizados. Segundo o autor, a situação de desemprego, um dos problemas mais contundentes do mercado de trabalho, se deve às transformações pelas quais a economia brasileira vem passando. “Desde o início dos anos 90, com a implementação de um novo modelo econômico (inserção externa competitiva), tornou mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho” (Pochmann, 2001, p. 27).

Pochmann refere-se a essa desestruturação como um movimento que compreende o crescimento do desemprego aberto, o desassalariamento e a precarização do trabalho. O autor destaca a expansão da taxa de desemprego juvenil ao longo dos anos 1990, quando a taxa passou de 5% em 1989 para atingir cerca de 14% da população jovem (entre 10 e 24 anos de idade) economicamente ativa em 1997. Em 1996, segundo o autor, 52,9% dos desempregados no Brasil eram jovens. Pochmann também menciona a ampliação, na década de 90, das comumente precárias ocupações não-assalariadas, que são caracterizadas por “baixos rendimentos, a instabilidade ocupacional, as altas jornadas de trabalho e a ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista”, (2001, p. 32).

O desemprego em massa não é um fenômeno típico de países periféricos. Trata-se de um sintoma da reestruturação produtiva pela qual os países atravessam desde meados da década de 1970, em ocasião da “crise estrutural do capital” que viria a ocasionar a implementação de um “processo de reestruturação do capital”,

em que formas produtivas passariam a ser “flexibilizadas e desregulamentadas”, e que afetou o mundo do trabalho e incidiu para a sua precarização (Antunes, 1998).

O imenso contingente de jovens que não consegue inserção no mercado de trabalho formal encontra na informalidade uma opção de ocupação, sujeitos à ausência de proteção social a que os trabalhadores formais têm direito. Atualmente, o mercado de trabalho para o jovem é marcado por dois aspectos que imprimem à juventude a condição de vulnerabilidade: empregos que requerem pouca qualificação - e, por conseguinte, baixa remuneração - e insuficiência de postos de trabalho que abarquem a quantidade de jovens que entram no mercado de trabalho todos os anos.

Assim, um contingente considerável de jovens começa o que seria a sua vida profissional fazendo parte das estatísticas de desemprego. Salienta-se a baixa escolaridade e falta de experiência profissional dos jovens que incidem para o encolhimento das oportunidades, ou seja, uma parte das vagas disponíveis é ocupada por trabalhadores mais experientes, mais qualificados e adultos, segundo Pochmann (2001).

Quando perguntados sobre seus principais medos, os jovens, sem exceção, mencionaram o medo do desemprego e anseios de conseguir a inserção no mundo do trabalho.

Figura 27. Principais Medos dos Jovens, por Rede de Ensino

Principais medos	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de excelência	Rede Particular
1º	Vítima de violência	Vítima de violência	Vítima de violência
2º	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho
3º	Desemprego dos pais	Desemprego dos pais	Problemas do país piorarem

O quadro acima dispõe os três principais medos dos jovens. Este quesito aponta precisamente as similaridades entre estes indivíduos no que se refere à percepção do que mais duramente os atinge: a violência e o desemprego, figurando em primeiro e segundo lugar, respectivamente, para todas as redes de

ensino. Uma terceira opção, “desemprego dos pais”, também foi muito citada, principalmente pela rede pública e pela rede pública “de excelência”.

Novaes (2006) atesta para o fato de que atualmente os jovens, em geral, não conseguem alcançar melhores condições de trabalho que seus pais e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Novaes menciona, citando Márcio Pochmann, que gerações passadas, entre 1930 e 1980, conseguiam obter melhorias quanto ao trabalho e à vida em relação à geração anterior. Segundo a autora, havia possibilidade de mobilidade social, embora se aprofundassem as desigualdades, já que, “enquanto o filho do pobre ficava menos pobre que o pai, o filho do rico ficava muito mais rico que o pai”, (Novaes, 2006, p.108). Segundo Novaes: “a diminuição das possibilidades de mobilidade social gera pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro”, (opt. Cit.). As falas dos estudantes revelam claramente o receio do desemprego:

“Medo de não conseguir um trabalho qualificado, de poder fazer cursos tipo de inglês, de aperfeiçoamento, para que eu possa me preparar pra conseguir um bom emprego e garantir um futuro melhor”, **aluno de escola pública.**

“Eu tenho medo de não conseguir um emprego, de não ter minha família, de não ter uma estabilidade. Eu admito, meu primeiro medo é em relação a essas coisas” **aluno de escola particular.**

“Puxa, passou esse ano aí, advogado procurando emprego de gari. Temos que pensar muito, porque você estuda, estuda para chegar no final e varrer rua”, **aluno de escola pública.**

“O jovem não tem uma perspectiva de vida de crescer, ele tá naquele núcleo pobre, onde tem a violência, o tráfico, a violência familiar, aí ele não consegue, sai e vai pro trabalho. Aí ele não consegue nada no trabalho, aí ele vai pro tráfico”, **aluno de escola pública.**

“Muitos brasileiros não têm família, não têm uma estrutura, sabe? Eu não sei, mas eu acho que todo mundo aqui tem a sorte de ter uma família, pelo menos a quem correr, né? Porque hoje em dia o mundo está tão difícil, está tão difícil a vida, as pessoas estão tão violentas, que eu acho que a família acaba sendo um porto seguro”, **aluno de escola particular.**

No caso da rede pública, esse receio traz a implicação do medo de não conseguir se preparar adequadamente para competir com candidatos melhor preparados. Nesse sentido a questão do ingresso em instituições de ensino superior é recorrente nas falas desses jovens:

“É, porque com a base desse ensino, se você não tem uma universidade, você vai ganhar quanto no mercado de trabalho, 500 reais?”, **aluno de escola pública.**

“Você vê que a taxa de desemprego é muito grande e isso assusta a gente, porque nós vamos nos preparar, mas pode ser que a gente não chegue naquele nível de competir com outras pessoas...”, **aluno de escola pública.**

“Acho que uma das maiores expectativas nossas aqui é o caso de conseguir um emprego. Porque hoje está muito difícil. Para passar para uma faculdade, nossa! Tem que comer os livros pra conseguir, ainda mais se for pública, porque particular quase ninguém tem condições de pagar”, **aluno de escola pública.**

Atualmente, em virtude da expansão do sistema público de ensino, os jovens oriundos das camadas populares e estudantes do ensino médio possuem, em média, mais escolaridade que seus pais. Conforme foi apresentado no primeiro capítulo, um percentual de 41,3% de pais possui apenas o ensino fundamental. O que seria, há duas décadas atrás, um diferencial potencializador de chances no mercado de trabalho, concluir o ensino médio hoje é um imperativo para candidatar-se a vagas de emprego. Para Dubet (2003), “O investimento escolar é considerado um investimento produtivo”. Ele compreende as conseqüências da expansão relativamente recente dos sistemas escolares da seguinte forma:

De um lado, a escola de massas não é a escola da igualdade; de outro, a massificação que aumenta a prevalência dos diplomas no ingresso ao emprego. Assim, a exclusão escolar, considerada sob o ângulo de um fracasso escolar importante, provoca *ipso facto* uma relativa exclusão social.

Embora a escola esteja mais acessível e muito mais jovens tenham acesso ao ensino médio e, por conseqüência, há muito mais concluintes deste nível escolar como jamais antes, o mercado de trabalho não tem condições de absorver essa massa de possíveis trabalhadores. Assim, dentre os diplomados candidatos a vagas de emprego, aqueles com diferenciais – seja em termos de maior grau de escolaridade ou de outros investimentos educacionais, como cursos de línguas ou informática – estarão mais aptos a ocupá-las.

Dubet (2003) conclui que “os mais desqualificados do ponto de vista da escolarização têm todas as chances de conhecer a exclusão social”. Analisando esse contexto, é interessante rever as considerações de Bourdieu, para quem o fenômeno de massificação dos diplomas acarreta a “inflação de títulos escolares” e, por conseguinte, a sua desvalorização.

Com a massificação, mudam as estratégias daqueles que já tinham acesso à educação, ou seja, estes tendem a buscar a diferenciação “seja em direção a estabelecimentos, ramos de ensino, ou tipos de escolarização mais seletivos ou mais raros (estabelecimentos de excelência, escolas internacionais ou bilíngües, estudos no exterior, por exemplo)”, como observam Nogueira e Nogueira (2006, p. 66). Bourdieu denomina essa ação de “translação global das distâncias”, quando a tendência quanto às distâncias entre grupos sociais é manter-se.

As condições de empregabilidade mudaram e os jovens vêem-se diante de um mercado de trabalho marcado por adversidades. As condições educacionais da população evoluíram, no entanto, observa-se o seguinte dilema: maior escolaridade não implica necessariamente a garantia de emprego. Segundo Novaes (2006), para os jovens das camadas populares a escola não é mais percebida como garantidora de emprego, assim, mesmo tendo completado o ensino médio, os jovens concorrem, nos processos de seleção, com candidatos com maior escolaridade. A preocupação com a concorrência é uma constante:

“O mercado de trabalho está muito disputado hoje em dia, todo mundo tem segundo grau ao contrário de antigamente”, **aluno de escola pública.**

“Tem muita gente que vai estudar e fica pensando “será que eu vou conseguir um emprego, o que vai ser de mim, meu trabalho, será que a educação vai melhorar, vai evoluir mais?” Fica todo mundo naquele medo “será que eu vou conseguir terminar, prestar um ensino superior bem?”, **aluno de escola pública.**

“Um medo que a gente tem também é que a gente está no segundo ano do ensino médio. E a gente está quase se formando. Dá muita insegurança. Sem saber se vai entrar numa universidade e se vai arranjar emprego, um bom trabalho”, **aluno de escola pública.**

“Medo de não conseguir o que você quer, de não alcançar os objetivos ou de alcançá-los de uma maneira errada, de escolher errado”, **aluno de escola particular.**

“Medo de não alcançar as expectativas de ter uma vida boa, de poder ter um filho e botar numa escola particular boa. A expectativa é essa de poder viver bem”, **aluno de escola pública.**

O valor do diploma cresceu – já que a difícil acessibilidade ao mercado de trabalho requer maior escolarização dos candidatos – e, ao mesmo tempo perdeu relativamente o seu valor, ou seja, há vinte e cinco anos, certas ocupações que requeriam apenas o ensino fundamental, hoje requisitam candidatos com, no mínimo, o ensino médio completo. Os alunos de escolas particulares temem não

estar devidamente preparados para lidar com a competitividade. Estes jovens “tendem a encontrar crescentes barreiras para produzir e reproduzir o padrão de vida de seus pais, mesmo detendo escolaridade equivalente ou até mais elevada”, (Pochmann, 2001, p. 39). O temor da competitividade se expressa na fala dos estudantes, abaixo:

“Eu tenho medo de ter que sair do Brasil por falta de oportunidade. Porque é um país que a gente gosta, de ter que ir procurar emprego em outro lugar”, **aluno de escola particular.**

Tenho medo de não conseguir uma boa profissão, sucesso profissionalmente, medo da concorrência”, **aluno de escola particular.**

“No país que a gente vive a gente tem que ter esse pensamento de competitividade. Nada é fácil nesse país, então eu acho que o que as pessoas ficam colocando na nossa cabeça não é medo, é realidade. A briga é difícil, tem risco de você não dar certo então você tem que estar sempre preparado pra tudo”, **aluno de escola particular.**

O jovens, de todas as redes de ensino, compreendem o papel da escola para as suas vidas, tanto como meio de mobilidade social (camadas populares), como para a manutenção de seus estilos de vida. Acima de tudo, eles reconhecem que o sistema nacional de educação prima pelas desigualdades. Se por um lado, os estudantes de escolas públicas percebem que as suas chances são menores em virtude do ensino que a sua escola lhes oferece, os alunos das escolas particulares e públicas “de excelência” percebem a si mesmos como detentores de maiores possibilidades na vida, tanto quanto ao ingresso no ensino superior quanto com maiores oportunidades no mercado de trabalho.